Bicentenário

VIVA O SINÉDRIO

22 de Janeiro 1818 - 2018

A indignação nacional formou uma consciência cívica no Porto a 22 de Janeiro de 1818.

O Presidente da Editorial Moura Pinto
Carlos Maia Teixeira

EDITORIAL MOURA PINTO

Bicentenário do Sinédrio

Na Editorial Moura Pinto importa saber ser agradecido e atrever-se a não deixar que a memória seja curta ou breve.
"É belo e glorioso morrer pela Pátria" em nome de uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais livre, assim nos ensinou Gomes Freire de Andrade e os heróis mártires da Pátria que a 18 de Outubro de 1817 foram condenados com a morte na forca, decepadas as cabeças e os restos reduzidos a cinza pelo fogo que foram lançados ao mar.
A indignação nacional formou uma consciência cívica no Porto a 22 de Janeiro de 1818.
Três juristas - Fernandes Tomás, Ferreira Borges e Silva Carvalho e o comerciante Ferreira Viana constituíram o que ficou para a História como o Sinédrio. Reuniram-se todos os meses a 22, salvaguardando a sua fidelidade à casa de Bragança mas nunca a Beresford pelo que soube agregar grande número de militares e a adesão do Cardeal Saraiva à causa liberal e à sua vitória a 24 de Agosto de 1820.
O Sinédrio dissolveu-se a 15 de Setembro de 1820 com muitos dos seus membros eleitos para o governo da Nação que souberam devolver à Pátria honra e apreço às mortes afrontosas, trágicas e indignas das vítimas de trezentos anos de inquisição e aos Heróis Mártires da Pátria.
Cumpre a Editorial Moura Pinto um dever cívico ao celebrar o Bicentenário da formação do Sinédrio no Porto no dia 22 de Janeiro.

O Presidente da Editorial Moura Pinto

Carlos Maia Teixeira

Nos 200 Anos do Sinédrio

Num texto académico em que procurei explanar a "razão e sentimento na evolução espiritual de Ramalho Ortigão", escrevi, um dia, estas palavras: "Quem não conhece o Porto ? O Porto é uma cidade-gavião de asas de pedra escura, talhada em fachadas austeras e nidificada no cocuruto de arribas agrestes que descem quase a pique até ao Douro. Se as angulações das penedias pudessem narrar memórias do passado, contariam elas que D. Pedro IV, o Libertador, lhes esquadrinhou cada desvão, lhes sondou cada exíguo parapeito, com o fim de resistir ao implacável cerco e aos ataques do seu irmão Miguel, rei absoluto desde 1828".
Mas a nossa memoração começa antes. Regressemos a 1816 e procuremos avaliar, por esse tempo, o perfil da nossa Grei. Desvalimento e vexame – eis o que apuramos. O Príncipe, D. João VI, acompanhado pela rainha dementada D. Maria I, tinha abandonado Portugal, em 1807, quando pressentiu as tropas francesas de Junot às portas de Lisboa. A melhor parte das três Ordens, clero, nobreza e algum povo escolhido, dirigiu-se apressadamente aos barcos que espaireciam no "mar da palha", fronteiro a Lisboa, e vogaram para o Brasil. Bem se poderia dizer, sem faltar à verdade, que o troço do exército napoleónico chegado a Lisboa não apresentava capacidade bélica; era, pelo contrário, uma tropa esfarrapada e famélica que irrompia pelas ruas da nossa capital. Apesar disso, não houve quem lhe fizesse frente, e Junot chegaria a acalentar o projecto de se fazer coroar rei de Portugal.
Seguiram-se as outras duas invasões, até aos finais de 1811, respectivamente comandadas por Soult e Massena. Portugal, ajudado pelo auxílio militar inglês, iria conseguir esconjurar a tentativa de ocupação francesa. Mas a sua vitória era comparável à de Pirro: expulsos os inimigos franceses, pelas leis da guerra, ficavam entre nós os aliados da paz, os ingleses, igualmente vorazes e implacáveis. A família real tinha desertado e encontrara no Brasil um "modus vivendi" que parecia agradar-lhe, satisfazendo-lhe todos os hedonismos. Portugal ficara entregue a si mesmo, ou seja, aos medíocres "senhores do Rossio" que a família real avalizava a partir do Brasil e, sobretudo, ao poderoso William Carr Beresford, ao qual o Príncipe – e depois rei D. João VI – cumulava de benesses e outorgava toda a sua confiança. Operava-se uma completa inversão de hierarquias territoriais. Quase se poderia dizer que Portugal era agora a colónia da antiga colónia do Brasil, para o qual se tinha deslocado o eixo da hegemonia e do comércio marítimo. Este facto convinha o mais possível ao mercantilismo inglês, que desde sempre desejara o franco e irrestrito contacto com as Terras de Vera Cruz, as quais se revelaram cerradas até ao momento da transferência do Corte portuguesa.
Sob a governação de Beresford, exercida em nome de D. João VI mas verdadeiramente favorável aos interesses britânicos, Portugal ia definhando a olhos vistos. A importância do porto de Lisboa declinara e os impostos aduaneiros entraram em profunda e irreversível recessão; as sangrias de dinheiro, pressionadas pelos pedidos insistentes da Corte no Brasil, eram constantes; o exército assistia às diferenças de soldo entre os militares portugueses e ingleses, sempre favoráveis a estes últimos; a vida cultural era uma inexistência. Numa palavra: o declínio era total.
O ano de 1817 revelou-se altamente nefasto. Beresford sentia a surda revolta da população portuguesa e procurava sustê-la com o exercício de um poder absoluto, exercido em nome do rei distante , o qual, no entanto, lhe cobria todos os excessos. As opiniões de cada um eram vigiadas de perto por uma rede de denunciantes, montada pelo próprio Beresford. Foi assim que chegou ao seu conhecimento que estaria em marcha uma conspiração contra o seu poder pessoal e favorável ao regresso da Casa Real ao país. Nesse suposto movimento estariam envolvidos alguns oficiais portugueses. Tais rumores careciam de confirmação, sobretudo na parte em que envolviam a figura de Gomes Freire de Andrade. Era este um distintíssimo Oficial de exército português, que tivera de servir compulsivamente nas fileiras das tropas napoleónicas e nelas se cobrira de prestígio. Mas não era a fama militar de Gomes Freire o único motivo que despertara as prevenções de Beresford ; a razão mais impositiva radicava no facto de se saber que ele desempenhava o cargo de Grão Mestre da Maçonaria portuguesa. Sendo o ideal maçónico eivado de valores liberais, tal chefia não poderia deixar de suscitar a má vontade ou até mesmo o ódio larvar de Willliam Carr Beresford. Isto explica que sem mais aprofundadas indagações tenha sido dada ordem de prisão a Gomes Freire e aos supostos implicados na conjura. Os simulacros de julgamento foram realizados à margem das mínimas garantias de imparcialidade ou de um desejo sincero colocado ao serviço do apuramento da verdade. Do que se tratava era de atemorizar os anseios libertadores da população e de sufocar todos os assomos da dignidade nacional. É isto que explica o bárbaro assassinato político de Gomes Freire de Andrade, enforcado em 18 de Outubro de 1817 junto ao forte de S. Julião da Barra, assim como o sacrifício infame de mais onze vítimas no Campo de Santana, através do mesmo processo que tinha roubado a vida ao distinto Oficial português.
Não foi alcançada, no entanto, a intenção de sufocar pelo medo os objectivos patrióticos. Assim, logo no ano seguinte se organizou no Porto um centro de análise e de reflexão da quase desesperada situação política portuguesa. O primeiro responsável pela criação desse centro, denominado Sinédrio, foi o jurista Manuel Fernandes Tomás. Foi ele quem congregou nessa organização um feixe de boas vontades, de que poderão destacar-se, entre outros, os nomes de José Ferreira Borges, José da Silva Carvalho e José Ferreira Viana. O Sinédrio foi fundado em 22 de Janeiro de 1818. Os seus elementos, inicialmente em número de treze, entenderam dever reunir-se nos dias 22 de cada mês, num jantar que decorreria no Porto – mais precisamente em S. João da Foz. Todos se obrigavam a guardar sigilo para com terceiros do que lá fosse conversado. A intenção inicial consistiu na reflexão sobre a desvalida situação política e social do país, atentando igualmente no que se fosse passando na vizinha Espanha. A maior preocupação era a de encaminhar no melhor sentido as manifestações patrióticas de teor anárquico ou desarticulado, obstando a que a omnipotência de Beresford pudesse provocar novas vítimas. O Sinédrio entendeu igualmente não permanecer passivo no caso de eclodir um movimento revolucionário, avocando a função de encaminhar com realismo e sensatez um possível caudal reivindicativo, sem jamais pôr em causa a dinastia de Bragança.
As periódicas análises do Sinédrio foram-se fazendo no sentido de uma cada vez maior clarificação. Tornava-se evidente que Portugal nunca poderia recuperar o seu estatuto de potência marítima e colonial se a família real continuasse no Brasil, uma vez que eram os portos brasileiros a acolherem agora os navios mercantes que anteriormente carregavam e descarregavam em Lisboa. Era, de resto, uma alternativa de há muito desejada pela Inglaterra. Os homens do Sinédrio também reconheceram que nunca seriam repostas as condições de normalidade nas fileiras do exército se persistisse nele a presença de efectivos ingleses. É que, como foi dito, os soldos pagos a estes eram significativamente mais altos do que os que eram pagos a militares portugueses, constituindo isto um permanente motivo de reclamação e de mal-estar. Finalmente, era óbvio que sendo Beresford a personalidade dominante na condução dos destinos pátrios, jamais estes convergiriam com as mais prementes necessidades e anseios da Nação. Por isso, o programa mínimo que se foi lentamente definindo no Sinédrio exprimia-se pelo retorno da família real ao país e pela expulsão de Beresford e das tropas inglesas do nosso território. É de crer que tenha sido Manuel Fernandes Tomás o principal responsável pela conversão deste programa mínimo num outro projecto mais ambicioso : o de uma revolução constitucionalista. A reivindicação de um diploma constitucional comportava o significado de uma verdadeira mutação quanto à natureza político-social das coisas. No caso do constitucionalismo vingar, isso teria o significado de uma mudança irreversível na vivência colectiva: a monarquia absoluta, de essência tradicionalista e de substância aristocrática, cederia o passo a uma monarquia constitucional, de essência contratualista e de substância burguesa.
Quer a transformação viesse a fazer-se nos termos do programa mínimo ou do programa máximo, uma coisa era dada por assente: ela teria de realizar-se através de uma revolução. Sendo o Sinédrio fundamentalmente composto por juristas, foi necessário alargar-lhe o número de efectivos e integrar nele uma ala militar, à qual vieram a pertencer personalidades como as do Brigadeiro António da Silveira Pinto da Fonseca, Coronel Bernardo Sepúlveda e Coronel Sebastião Drago de Brito Cabreira. A partir de então, geraram-se assinaláveis tensões no interior do Sinédrio. A ala dos juristas, encabeçada por Manuel Fernandes Tomás, procurou fazer vingar a tese da necessidade de uma revolução constitucionalista; por seu turno, a ala dos militares não aspirava a mais do que à expulsão de Beresford e das tropas inglesas e ao regresso a Lisboa da Corte que se encontrava no Rio de Janeiro. Ou seja: a parte civil pretendia encaminhar-se para uma ruptura controlada, enquanto a parte militar não revelava vontade em vibrar no tradicionalismo um golpe de morte.
Neste contexto, foi decisivo o realismo e o pragmatismo de Manuel Fernandes Tomás. Entendeu ele que a questão do constitucionalismo deveria ser adiada para as Cortes e que a prioridade era preparar tudo para que a revolução acontecesse. O seu modo de ver revelou-se acertado. Em 24 de Agosto de 1820, a revolução manifestava-se no Campo de Santo Ovídio e nas ruas do Porto. Com ela chegaria a Constituição de 1822 – e através desta irromperia a contemporaneidade na vida colectiva. A soberania nacional, a cidadania, o germe da igualdade perante a lei, a submissão de todos os poderes a um quadro legal uniforme e a independência do acto de julgar foram proclamadas, entre nós, pela primeira vez.

Amadeu Carvalho Homem

A Pró-Associação "8 de Maio"

A Pró-Associação "8 de Maio" - PENSAR - AGIR - TRANSFORMAR, de Coimbra, felicita esta oportuna iniciativa da Editorial Moura Pinto e associa-se convictamente ao seu espírito memorizador da fundação do Sinédrio.

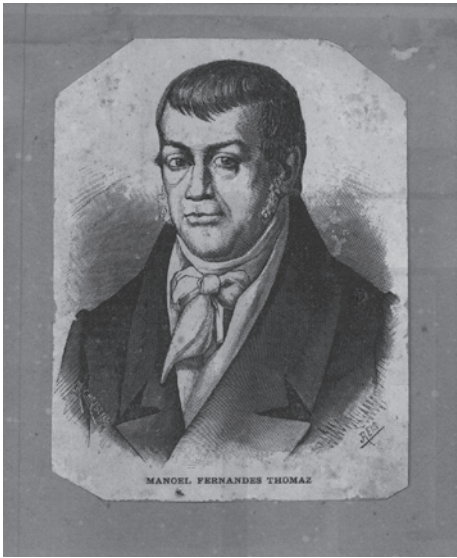
Não pretendemos agora reflectir sobre a Revolução e as suas causas, nem sobre o constitucionalismo nascente e as suas consequências. Apenas saudar a mãe da vitória.

Pensar o Sinédrio é captar a alma de quem o idealizou e por ele se empenhou. É sentir o espírito dos que, irmanados, o fundaram e alargaram de uma forma segura mas progressiva. É perscrutar a sensibilidade dos que perceberam a inevitabilidade da mudança e previram a aceleração dos acontecimentos. É admirar a capacidade de persuasão dos indecisos e de contorno e ultrapassagem dos obstáculos surgidos. É reconhecer o saber na elaboração de um plano, o controlo dos acontecimentos e a eficácia demonstrada.

A arte de pensamento, a sabedoria da acção e alavanca da transformação - foi isso, o Sinédrio.

Hoje, agradecemos o heroísmo dos que tudo sacrificaram e que olhando o passado foram capazes de projectar um futuro: 1820 - um desejo, uma necessidade.

Pela PA8M

Manuel Fernandes Tomás
A alma do Sinédrio, o patriarca da revolução de 1820

"Todas as revoluções deixam transluzir em seus movimentos periódicos, em sua rotação ordinária e em suas fases, o cunho das sociedades que as premeditam e dos agentes que as executaram. A fortuna toma o carácter dos seus escolhidos: a desgraça toma o carácter das suas vítimas " – Manuel Fernandes Tomás, in O Independente, nº7, 1 de Dezembro de 1821

Manuel Fernandes Tomás, a luz do claro dia de 24 de Agosto de 1820, descreve - como na epígrafe acima – o impulso que o moveu nessa memorável página pátria, as razões do seu admirável e infatigável entusiasmo, as vicissitudes e limitações sempre presentes no eterno confronto entre a Liberdade e a Escravidão. A coerência do seu pensamento e ideias, a superioridade e eloquência do seu saber, a sábia palavra que a todos iluminava, são testemunhos insuspeitos para laurear o seu nome entre os Homens de 1820 e esculpir uma página mais à "história das idades".

A dívida que cumpre salvar na jubilosa comemoração do Bicentenário da fundação do Sinédrio é enorme e virtuosa: a memória, estima e gratidão para com esse grupo de varões ilustres que soltaram no Porto o grito da nossa emancipação política, essa ideia de regeneração e liberdade da Pátria materializada nos belos ideais de Liberdade e Justiça, será sempre um sinal de gratidão, respeito e reconhecimento de todos e cada um de nós. E, de entre os notáveis de antanho, Manuel Fernandes Tomás, a "alma e o cérebro" desse auspicioso levantamento de 1820, o reivindicador das "liberdades denegadas", o restaurador das inteligências e impoluto servidor da causa pública, está presente, estará sempre presente e é um legado para todos nós.

Não cabe aqui traçar a biografia[1] de Manuel Fernandes, mas registemos, em nota breve e para o que nos interessa, três períodos que ornamentam o itinerário do emérito figueirense. Nascido em 31 de Julho de 1771 na rua dos Tropeções, na Figueira da Foz, logo após os estudos inicias ingressa na Universidade de Coimbra, tomando o grau de bacharel em Leis ou Cânones (1791), retornando posteriormente à sua terra natal. Esta fase da sua vida, o aprendizado universitário, fê-lo discípulo de eruditos e ilustrados juristas (Pascoal José de Melo Freire dos Reis, Ansião, 1738-1798; João Pedro Ribeiro, Porto, 1758-1839) enquanto a sua formação cívica e humana se forja no convívio com a moderna geração iluminista e racionalista, que então desponta. As funções que depois exerce entre 1792 a 1798, Síndico e Procurador Fiscal do Município e Vereador da Câmara, cargos que cumpriu com elevado zelo, vincaram-lhe a determinação e a coragem, robusteceram-lhe a dedicação e o assomo à causa pública, honra e "desejo cívico de servir".

Um segundo momento, que vai de 1801 a 1816, com o seu ingresso na carreira da magistratura, fê-lo estar à frente do município de Arganil e depois no exercício de Superintendente das Alfandegas e dos Tabacos das Comarcas de Aveiro, Coimbra e Leiria. Curioso período esse em que Manuel Fernandes Tomás, depois de se "refugiar" (1808) na Figueira da Foz após o cumprimento das funções em Arganil, decerto reflectindo no sofrimento do seu povo e nas desgraças que a pátria amargava com a invasão francesa, nos surge - após a expulsão da tropa francesa do Forte de Santa Catarina (F. Foz) pelo Corpo Académico de Coimbra - como um dos cinco membros da eleita Junta de Segurança Pública local. O reconhecimento do seu valor, patriotismo e competências estavam lançados. Com o desembarque da tropa inglesa, sob comando de Wellesley (duque de Wellington), Fernandes Tomás é nomeado Comissario em Chefe do Exército no Distrito, mais tarde Provedor de Coimbra e, a instâncias do general do exército inglês, tem a responsabilidade da Intendência Geral dos Abastecimentos do Exército anglo-português (1811) e é nomeado Juiz Conservador da Nação Britânica em Coimbra (1812). Este particular período, em que é bem visível a estreita colaboração e amizade com os ingleses, ao mesmo tempo torna-o consciente do azedume e animosidade contra a tutela britânica e leva-o a compreender as reivindicações e aspirações modernizadoras e liberais dos sectores sociais burgueses (então com pouca representação económica e política). Não por acaso a sua residência em Coimbra era o ponto de reunião de audaciosos patriotas, lugar onde os debates vivificavam.

Por outro lado, data neste período, possivelmente, a sua iniciação na maçonaria[2] (1803? ou 1811?), numa loja de Coimbra. Ora, conhecendo-se as denúncias e a sanha persecutória que a Inquisição, por intermédio de Álvaro José Botelho, levou a cabo a partir de 1791, com apoio do intendente geral da polícia, Pina Manique, contra os pedreiros-livres e a "libertinagem" em todo o país, entender-se-á tão grande era a importância e a exigência de uma total discrição e segredo em torno dos trabalhos maçónicos. Deste modo, a sua intensa vida social, política e maçónica, despertando nele a prudência, a firmeza e a exigência conspirativa, certamente lhe modularam a sua conduta posterior nos encargos e trabalhos proveitosos na associação secreta que fundou na cidade do Porto em 1818, o Sinédrio.

No último período a considerar, e que vai de 1816 a 1820, Manuel Fernandes Tomás está promovido como Desembargador da Relação do Porto. Tempo fecundo esse, que revela o jurista estudioso, o homem empenhado e interessado pelos problemas do país, o activista e o organizador brilhante, aquele que ousou plantar uma semente do edifico do primeiro liberalismo pátrio. Na cidade do Porto encontrou Fernandes Tomás um grupo de amigos da verdade e da liberdade à volta de uma associação patriótica denominada Sinédrio.

Vale a pena - vale sempre a pena -, rememorar os seus membros[3]: a 22 de Janeiro de 1820 teve lugar em casa de José Ferreira Borges a primeira reunião regular do Sinédrio, onde estiveram presentes os seus quatro elementos fundadores - além do dono da casa, Manuel Fernandes Tomás, José da Silva Carvalho e João Ferreira Viana; nessa mesma noite há lugar a uma sessão em casa de Fernandes Tomás; em 10 de Fevereiro entra para a Associação, em casa de Fernandes Tomás, Duarte Lessa; a 3 de Maio, na mesma residência, entraram José Maria Lopes Carneiro e José Gonçalves dos Santos Silva; a 6 de Julho, ainda desse ano de 1818, filiou-se José Pereira de Meneses, em casa de Ferreira Borges; a 26 de Maio de 1820, em casa de Fernandes Tomás, entram na Associação Francisco Gomes da Silva e João da Cunha Souto Mayor; a 5 de Junho de 1820, na mesma casa, entra José de Mello de Castro e Abreu; a 22 de Junho, desse ano, em casa de Duarte Lessa, filia-se José Maria Xavier de Araújo; e o 13.º e último elemento do Sinédrio, Bernardo Correia de Castro Sepúlveda, entra a 19 de Agosto de 1820, em sessão em casa de Fernandes Tomás. Cinco dias depois "rebentava a revolução".

Estes patriotas, unidos pela lealdade e o segredo jurado, formaram um corpo compacto visando "observar os acontecimentos de Portugal e Espanha, tomando devagar o pulso às tendências e aspirações do espirito público"; e esperaram a hora mais oportuna de intervenção, para dirigir o movimento insurrecional em prol do País e da sua Liberdade, com esperado realismo, confiança e sensatez. As funções levadas a cabo pelo Sinédrio, em sessões realizadas no maior sigilo, redobraram de energia logo após a revolução liberal de Março em Espanha e que deu origem ao chamado Triénio Liberal (1820-23). A animosidade antibritânica por diversas vezes manifestada contra o braço férreo e despótico de Beresford (na memória soava ainda a desdita dos revolucionário de 1817: a execução de Gomes Freire e dos Mártires da Liberdade); o descontentamento (civil e militar) agitava-se, pelo que o incitamento revolucionário à acção tinha de ser rapidamente declarado. Deste modo, a propaganda aumentou, o aliciamento de oficiais militares foi incrementado e, não sem algumas desinteligências entre civis e militares, a revolução rebentou, depois dos preparativos feitos no maior segredo, na manhã luminosa de 24 de Agosto de 1820, no Porto. A revolução tinha-se realizado sem resistência e derramamento de sangue. Fora ouvido (A. Garrett) o apelo do primeiro dos regeneradores, o cidadão extremado, homem único, o benemérito da Pátria, Manuel Fernandes Tomás.

José Manuel Martins
Associação Cívica e Cultural 24 de Agosto
Figueira da Foz

[1]Para uma avisada consulta biográfica de Manuel Fernandes Tomás, consultar: Diário do Governo, 1822, nº238, 9 de Outubro 1822, pp. 1792-1794 (aliás, tradução do jornal inglês "Monthly Magazine", 1822, nº372); Teixeira Bastos (antes Feio Terenas), Manoel Fernandes Thomaz, Encyclopedia Republicana. Revista de Sciencias e Litteratura, 1882, pp. 14- 16, 149-154, 174-179, 196-199, 217-220; "Manuel Fernandes Thomaz" em "Collecção de elementos para a historia do Concelho da Figueira" (Biblioteca da Gazeta da Figueira da Foz), Figueira, Imprensa Lusitana, 1899, Parte I, pp. 217 e ss; "Figueira", Boletim Mensal do Grupo Studium e da BM, série 2.ª, Agosto-Setembro de 1909, nº 8-9; António Cruz, O Primeiro dos Regeneradores. No Bicentenário do Nascimento de Manuel Fernandes Tomás, Porto, Revista da Faculdade de Letras, vol III, 1973 (saiu também em separata); José Luís Cardoso, Manuel Fernandes Tomás. Ensaio Histórico-Biográfico, Figueira da Foz, 1983.

[2]Sobre a admissão, condição e intervenção maçónica de Manuel Fernandes Tomás, além das obras conhecidas da bibliografia sobre a Maçonaria em Portugal, consultar Fernando Marques da Costa, A Maçonaria Entre a Forca e o Cacete, Entre o Mito e a Realidade 1807-1834, Lisboa, Campo da Comunicação, 2017 (no prelo).

[3]Vide José Liberato Freire de Carvalho, "Principio da Associação Patriótica [trata-se do Sinédrio], que produziu a nossa gloriosa Regeneração politica na Cidade do Porto em 24 de Agosto, 1820", em O Campeão Portuguez, ou o Amigo do Rei e do Povo (periódico), vol. IV, 16 Junho 1821, p. 205. Foi replicada a lista por outros jornais e obras que se lhe seguiram.

Ano III Lisboa, 16 de Agosto de 1920 N.º 98

A LUZ

Redactor principal — *Dr. Virgilio Saque* Director — *Luiz de Mello e Athayde* Secretario da redacção — *Salvador Saboya*

Redacção e administração
Rua do Gremio Lusitano, 25
TELEFONE 1292 C.

Publica-se nos dias 1 e 16
PROPRIETARIO E EDITOR
A Empresa de Publicações Maçonicas
Comp. e imp. na Tip. da Empresa Diario de Noticias
Rua do Diario de Noticias, 78, 2.º

Assignatura (Pagamento adeantado)
Portugal e Espanha { Ano ... 1$60; Semestre ... $85
Colonias portuguêsas, quando não seja paga em Lisboa e Estrangeiro excepto Espanha, ano ... 2$00
ANUNCIOS
Segundo a tabela patente na Administração

1820

HEROIS QUE FUNDARAM O CÉLEBRE SINÉDRIO

José da Silva Carvalho, Manuel Fernandes Tomás, José Ferreira Borges

UMA DIVIDA NACIONAL

A celebração do Centenário da Revolução de 1820 constitui uma dívida nacional. Impunha-se como um dever a todos os liberais. Dominava o país uma opressão traiçoeira; esmagava-o a intervenção ferrea do estrangeiro. Foi nestas circunstâncias que apareceram os patriotas de 20, como libertadores e como precursores. Chamaram-lhes e chamam-lhes ainda hoje ingénuos. Ingénuos, sim, para os que são incapazes de avaliar o espírito de sacrifício. E é esse espírito, que torna o homem cidadão e apóstolo, o que mais e melhor caracterzia os herois daquela revolução, digamo-lo sem favor.

Foi admiravel a obra legislativa dos revolucionários de 20. Modificada, poderia ter sido aproveitada com vantagem pela nossa República, em vez do pandemónio das leis que nem se compreendem nem se cumprem.

Uma revolução que principía por proclamar a liberdade de pensamento, a liberdade de imprensa, a abolição da censura prévia, numa época de fanatismo e de reacção, tem fóros adquiridos a uma consagração nacional. É uma dívida a saldar pela República Portuguesa que é um reflexo daquele patriotismo e daquela abnegação.

O Sinédrio Portuense

Criação, objetivos e atuação

O presente texto segue de perto o trabalho realizado por Luz Soriano, História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal, onde o autor descreve com pormenor a atuação do Sinédrio (SORIANO, Luz, 1802-1891, História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal comprehendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866-1890. 19 v).

O Sinédrio ("assembleia") foi uma associação política criada na cidade do Porto, com o intuito de promover uma difusão dos ideais liberais em Portugal, responsável pelo pronunciamento militar de 24 de Agosto de 1820 e consequente revolução liberal.

A 17 de Dezembro de 1817 um grupo de personalidades da cidade nortenha, pertencentes à alta burguesia, e profissionais liberais (Fernandes Tomás, Ferreira Borges, Silva Carvalho, todos juristas, e Ferreira Viana, comerciante), fundam uma associação de carácter secreto e com fins políticos. Esta agregação reuniu-se pela primeira vez como associação política em 19 de janeiro de 1818. À data da sua extinção, a 16 de Setembro de 1820 (data do Golpe de Lisboa, que secunda o do Porto), o Sinédrio contava com 13 membros, oriundo dos estratos socio-profissionais já mencionados, assim como do exército (Duarte Lessa, José Mariano Lopes Carneiro, José Gonçalves dos Santos, José Pereira de Menezes, Francisco Gomes da Silva, José da Cunha Souto Maior. Coronel José de Melo Castro e Abreu, José Maria Xavier de Araújo e Coronel Correia de Castro e Sepúlveda).

Uma vez formado, os membros do Sinédrio orientaram inicialmente a sua atividade no sentido de vigiar as notícias que vinham de Espanha e influenciar a opinião pública. Tal devia ser feito no mais sagrado sigilo, devendo os seus membros jurar lealdade uns para com os outros e guardar no mais inviolável segredo a sua movimentação. Os votos de lealdade eram renovados periodicamente em reuniões algures na Foz do Douro, todos os dias 22 de cada mês. O futuro da Nação era aí discutido, planificando-se e preparando-se as ações ou estratégias, embora houvesse outras reuniões, de noite preferencialmente.

Tal modo de atuação pode pressupor que o Sinédrio foi uma Loja Maçónica. Não o foi sido, e não terá contado com o apoio da maçonaria do Porto e Lisboa, como relata um dos seus fundadores, Silva Carvalho. Contudo, grande parte dos seus membros era ou tornou-se maçon e outros juraram lealdade após o 24 de Agosto. Havia, no entanto, ligações à Loja de Madrid.

A conjuntura que o país viveu após as invasões francesas (principalmente a partir de 1813) foi propícia à criação desta sociedade secreta: a crise económica e financeira era profunda e a presença inglesa (principalmente desde a regência do Geral Britânico Beresford) ofendia os já agastados sentimentos nacionalistas (O rei encontrava-se no Brasil e segundo a opinião de muitos poderia tornar-se uma colónia daquele país) sendo os círculos dos negócios o mais afetado, mas também o foram os magistrados e militares. Após a conspiração de Gomes Freire de Andrade, em 1817, e face ao crescente descontentamento e perigo de sublevação popular e anarquia, o Sinédrio propõe-se a "conduzir a revolução para o bem do país e da sua liberdade, guardando sempre a fidelidade à dinastia de Bragança", no dizer de Manuel Fernandes Tomás.

No ano de 1820, a revolução liberal espanhola pareceu impulsionar o Sinédrio no sentido de tomar as rédeas o destino do país. A integração de militares no Sinédrio dota-o de um caráter mais ativo e menos vigilante (como o fora até 1818), sendo aqueles fulcrais para o seguimento do plano revolucionário do Sinédrio. Este afirmava-se nacionalista, chegando mesmo a recusar, na pessoa de Fernandes Tomás, qualquer tendência para uma união ibérica, pretendida por alguns membros do grupo, influenciados pelo intercâmbio crescente com liberais espanhóis.

No dia 23 de agosto de 1820 reúne-se o Sinédrio em casa de Ferreira Borges, preparando todos os comunicados a apresentar à sociedade, local e nacional, para o período imediatamente posterior ao golpe que efetivamente se vai desencadear a 24, com sucesso, após nova reunião. Depois do golpe de 15 de Setembro, em Lisboa, dissolve-se o Sinédrio.

Mariana Lagarto Dias

Edição 300 exemplares

Distribuídos gratuitamente no Porto, no dia 22 de Janeiro de 2018.

Capa de Alberto Péssimo
Arranjo gráfico de Diana Gonçalves

Homenagem da Editorial Moura Pinto

Pró-Associação 8 de Maio

EDITORIAL MOURA PINTO